

## **TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TELEFONICOS FIXOS E MOVEL.**

**Processo nº 102/2020**

### **1 – OBJETO**

**1.1.** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFONICOS PARA MIGRAÇÃO DE PLANO OI FIXO AVANÇADO ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS UNIDADES, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

### **2 – JUSTIFICATIVA**

**2.1.** Considerando a crescente demanda por serviços de telefonia nas diversas unidades da administração pública, além da necessidade da uniformização dos procedimentos que visam a contratação da empresa de fornecimento de serviços telefônicos, tendo em vista a essencialidade da telefonia para o desenvolvimento dos serviços com vistas ao atendimento do interesse público, considerando a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas decorrentes do contrato, conforme o estipulado na Lei nº.8.666/1993, no que tange à renovação ou rescisão contratual.

### **3. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**3.1.** No caso do serviços de telefonia, a OI S.A – Em Recuperação Judicial, se trata de empresa privada concessionária de serviço público, conformando-se, ainda, como a única fornecedora possível dos serviços de telefonia na Cidade de Alto Garças - Mato Grosso, o que imporia a conclusão de que há inviabilidade de competição em virtude de fornecedor exclusivo, diante do exposto, fica expresse nos termos do caput do art. 25, da Lei 8.666/93, in verbis:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)” No entanto, o tema não oferece contornos tão simples, pois a Lei nº 9.648/98, que deu nova redação ao inc. XXII do art. 24 da Lei 8.666/93, tratou como dispensa de licitação a contratação para fornecimento ou suprimento de gás natural e energia elétrica, in verbis: “Art. 24. É dispensável a licitação: (...) XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionária, permissionária ou autorizado, segundo as normas da legislação específica”

**3.2.** Por último, cumpre assinalar que, tendo em vista o seu caráter de serviço continuado, é possível a celebração do contrato com vigência anual, prorrogável pelo prazo máximo legal, a cada ano, dispensando-se a realização de novo termo contratual no início de cada exercício financeiro, tal como autoriza o art. 57, II da Lei nº 8666/93.





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

#### **4. CUSTO ESTIMADO**

O custo estimado é no valor de R\$ 43.898,20 (quarenta e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), conforme estimativa de gasto feitas pelas secretarias.

#### **5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento devido pela CONTRATANTE processar-se-á, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal por parte da CONTRATADA, bem como de boleto bancário ou indicação dos dados bancários da CONTRATADA para que seja efetuado o crédito devido, em até 05 (cinco) dias úteis.

Alto Garças, 30 de Julho 2020

**MERQUES APARECIDA XAVIER**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

